

^{29/09/72}
A verba da Funai não dá para seu programa

Da Sucursal de
BRASILIA

O ministro do Interior pediu ao Ministério do Planejamento verba suplementar de Cr\$... 1.654.000,00 para este ano, e Cr\$ 4.260.000,00 para 1973, a fim de que a Fundação Nacional do Índio possa sustentar as 11 frentes de penetração e as três bases de apoio às expedições que mantém atualmente, na Amazonia, para contato e pacificação de índios.

O governo destinou inicialmente Cr\$ 8.400.000,00 à Funai, retirados do Programa de Integração Nacional, para que o órgão pudesse executar um amplo programa de assistência aos índios. Mas o programa, segundo os técnicos da Fundação, foi aumentado com a abertura de novas frentes e o será mais ainda com a construção da rodovia Manaus-Caracará. Atualmente, as despesas mensais com as bases, frentes de penetração e de apoio às construtoras chegam a Cr\$ 355.000,00, com uma previsão, até o final do ano, de Cr\$ 2.130.000,00 — o que ultrapassa a quota anual destinada pelo PIN.

A falta de verbas, dizem os técnicos, está impedindo a abertura de novas frentes, como a expedição programada para contato com os índios Kranhacákores pelo rio Iriri, chefiada pelo scertanista Apoena Meireles. Se o Ministério do Planejamento liberar a verba suplementar imediatamente, além de formar nova expedição

a Funai inaugurará mais uma base de apoio da Transamazônica, em Humaitá (já existem bases em Karaó-Pucurui, e Itaituba). Nesse trecho da estrada, Francisco Meireles, pai de Apoena, já localizou grupos arara-toras, ainda isolados, e espera apenas oportunidade de contato.

AS FRENTES

Das onze frentes de penetração, três estão subordinadas à base de Pucuri e tentam atrair os índios parakanás. Outras três estão ligadas à base de Kararõe e tentam contato com os assurini. Além dessas, há uma frente em Cachimbo, chefiada pelos irmãos Claudio e Orlando Villas-Boas, que há cerca de oito meses tentam encontrar-se com os kranakácóres, e três frentes no Parque de Aripuanã, que trabalham com os cintas-largas e uma outra na rota da Manaus-Caracará, em contato com os waímiri-atroaris. Para executar todas essas tarefas, de acordo com os técnicos da Funai, as verbas do PIN — distribuídas em parcelas de 4.800.000,00 e 3.600.000,00 cruzeiros são insuficientes.

Ministro fala sobre índios na Câmara

O problema do índio brasileiro e a atuação dos órgãos subordinados ao Ministério do Interior nas várias regiões do País, serão alguns dos assuntos a serem debatidos pelo ministro Costa Cavalcanti, no encontro que manterá, dia 11 de

outubro, com os membros da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara.

O ministro do Interior aceitou o convite do presidente da comissão, deputado Rosendo de Souza, da Arena do Rio de Janeiro, e, a exemplo do ministro Higyno Corsetti, das Comunicações, não quis estabelecer um tema específico, preferindo, assim, responder a todas as indagações dos deputados sobre o trabalho que sua pasta vem desenvolvendo.

CNBB defende seu Estatuto do Índio

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, chegou ontem a Brasília, onde pretende manter contato com o deputado Celio Borja, relator do projeto do Estatuto do Índio na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e com membros do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — que trabalharam no Estatuto do Índio elaborado pela Igreja.

O representante da CNBB vai acompanhar de perto a tramitação do projeto do governo na Câmara e espera obter do deputado Celio Borja parecer sobre o substitutivo do CIMI, apresentado a vários deputados. O estudo diverge, em vários pontos básicos, do estatuto oficial, especialmente no que se refere à classificação e conceito de índio, e problema de terra.